**TERMO DE REFERÊNCIA**

**CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA ou de MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS - Valor inferior a R$ 114.416,65;**

**DEMAIS SERVIÇOS e AQUISIÇÕES COM FORNECIMENTO CONTINUADO - Valor inferior a R$ 57.208,33\*;**

**PROAD 15285/2023**

**1 - Item identificador da demanda no PAC - Plano Anual de Contratações**

**Item:** 02021 - PAC COFJUR

**Objeto:** Contratação de serviço de transporte de passageiros para Reunião do Sistema Integrado de Formação de Magistrados e I Encontro das Escolas Judiciais da Região Sul

**2 - Unidade Demandante e Unidade Gestora de Orçamento**

**Unidade Demandante:**Escola Judicial

**Unidade Gestora de Orçamento:** Escola Judicial / COFJUR

**3 - Justificativa e Fundamentação da Contratação**

Contratação de empresa para prestação de serviço de transporte para os participantes da **Reunião do Sistema Integrado de Formação de Magistrados (SINFOMAT)**, da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (ENAMAT), e para participantes do **I Encontro das Escolas Judiciais da Região Sul**, organizado pelo Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região, em parceria com os TRTs da 4ª e 9ª Regiões, que acontecerá entre os dias 8 e 10 de novembro de 2023, em Florianópolis, com estimativa de até 120 participantes.

O serviço deve ser realizado do dia 7 ao dia 11 de novembro de 2023, incluindo um dia antes e um depois do evento, em razão das chegadas e partidas por meio aéreo, na véspera e no dia posterior ao evento.

Haverá transporte do aeroporto para os hotéis e vice-versa e para o local do evento e das atividades extras para os participantes da reunião do SINFOMAT e para os participantes do I Encontro.

Considerando o expressivo número de participantes e tendo em vista a atual frota do TRT-12ª Região, bem como o atual quadro de pessoal da área de transporte, entendeu-se que a melhor maneira para prover o traslado necessário para a concretização do evento é com a contratação de serviço de fornecimento de transporte.

Considerando que as inscrições dos participantes ficarão sob a responsabilidade de cada Escola, ficando impraticável garantir com antecedência a situação individualizada de voo e hospedagem de cada participante, entendeu-se ser mais seguro a contratação de transporte por diária e não por trechos, ficando a organização dos traslados centralizada na Secretaria de Segurança Institucional.

A contratação de transporte para o I Encontro é uma alternativa a fim de garantir a qualidade do evento, facilitando o trajeto dos convidados, proporcionando mais segurança e comodidade. Por isso, esse serviço se torna indispensável, tendo em vista que os participantes, magistradas e magistrados vêm de diferentes regiões do País.

A contratação também impacta positivamente no sucesso do evento, especialmente na pontualidade, refletindo num maior controle em relação à diminuição de tempos de atraso e, ainda, possibilita uma maior integração dos participantes.

 A contratação visa dar suporte ao I Encontro das Escolas do Sul, calcado num convênio de cooperação entre as Escolas Judiciais dos TRTs da 4, 9º e 12ª Regiões. Assim, está alinhado com os seguintes objetivos institucionais: Fortalecer a comunicação e as parcerias institucionais e Aprimorar a Gestão de Pessoas.

**4 - Descrição da Solução (Objeto)**

**Resumo do objeto:**

Serviço de transporte para os participantes da Reunião do Sistema Integrado de Formação de Magistrados (SINFOMAT) e do I Encontro das Escolas Judiciais da Região Sul que acontecerá entre os dias 8 e 10 de novembro de 2023, em Florianópolis, com estimativa de até 120 participantes.

O serviço deve ser realizado do dia 7 ao dia 11 de novembro de 2023, incluindo um dia antes e um depois do evento, em razão das chegadas e partidas por meio aéreo, na véspera e no dia posterior ao evento.

**Especificação detalhada do objeto:**

Serviço de **transporte de pessoas**, com disponibilidade dos veículos por diária (**12 horas por dia**), com motorista devidamente habilitado e uniformizado, para atendimento de trechos a serem definidos entre aeroporto e região central de Florianópolis/SC.

Os tipos de veículos, quantidades e datas estão descritos abaixo:

**Dia 7/11 e dia 11/11/2023:**

* 3 carros executivos (mínimo 3 passageiros cada)
* 3 vans (mínimo 15 passageiros cada)

**Dias 8, 9 e 10/11/2023:**

* 3 carros executivos (mínimo 3 passageiros cada)
* 1 van (mínimo 15 passageiros cada)
* 4 micro ônibus (mínimo 25 passageiros cada)

Considerando que parte do serviço será executado na chegada dos participantes no Aeroporto Internacional de Florianópolis, nos dias **7 e 8 de novembro de 2023**, as empresas devem também se responsabilizar pela recepção dessas pessoas e encaminhamento aos veículos que farão o transporte, sendo necessário, dessa forma, o **serviço de recepcionista** nos respectivos dias, pelo período de **12 horas por dia**. Entende-se que para que o serviço seja prestado de forma efetiva, se faz necessário o número de **2 recepcionistas em cada um dos dias**, para que possam receber os participantes, conduzi-los até os veículos disponíveis e coordenar a saída dos veículos.

**ATENÇÃO:**

1. Os veículos devem possuir ar condicionado;
2. Motoristas e recepcionista devem estar uniformizados, de forma a facilitar a identificação;
3. A planilha com os horários de voos e hospedagem será disponibilizada antecipadamente pelo contratante para logística da empresa.

**5 - Sustentabilidade**

Em atendimento ao disposto nas IN’s nº 01/2010 e 05/2017 da SLTI/MPOG a CONTRATADA deverá adotar as seguintes práticas de sustentabilidade ambiental na execução dos serviços:

* Prever a destinação ambiental adequada das baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999;
* Fornecer aos seus empregados equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução dos serviços;
* Efetivar práticas de sustentabilidade ambiental, quando da execução dos serviços, utilizando produtos biodegradáveis, atóxicos, conforme ABNT NBR 15448-1 e 15448-2 economizando energia, gás, água, assim como separar seletivamente os resíduos oriundos da prestação dos serviços;
* Providenciar o recolhimento e o adequado descarte dos pneus usados ou inservíveis originários da contratação, recolhendo-os aos pontos de coleta ou centrais de armazenamentos mandos pelo respectivo fabricante ou importador, ou entregando-os ao estabelecimento que houver realizado a troca do pneu usado por um novo, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, conforme artigos 1° e 9° da Resolução CONAMA n° 416, de 30/09/2009, e legislação correlata;
* Os veículos fornecidos deverão obedecer aos limites máximos de ruídos fixados nas Resoluções CONAMA n° 1, de 11/02/1993, e n° 272, de 14/09/2000, e legislação correlata, bem como aos limites máximos de emissão de poluentes provenientes do escapamento fixados no âmbito do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE, conforme Resoluções CONAMA n° 18, de 06/05/1986, e n° 315, de 29/10/2002, e legislação correlata.

**6– Obrigações das partes**

**Listagem das obrigações da contratada (empresa) e do contratante (Tribunal)**

**Obrigações da contratada (empresa):**

São obrigações gerais da Contratada:

1. proceder, no início da contratação, ao seu cadastramento no SIGEO-JT - Sistema Integrado de Gestão Orçamentária e Financeira da Justiça do Trabalho - Módulo Execução Orçamentária, bem como responsabilizar-se pela gestão de seus dados;
2. responsabilizar-se pela juntada, por meio do referido Sistema, dos documentos de cobrança/documentos fiscais (notas fiscais/faturas) nos termos da cláusula quatorze - da liquidação e pagamento;
3. observar e cumprir, estritamente, os termos do Termo de Referência/orçamento apresentado, obedecendo a critérios e prazos acordados;
4. manter em dia a documentação até a liquidação e pagamento da nota fiscal;
5. prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados;
6. obedecer, no que couber, às normas do Código de Ética do Contratante acesso clicando no link <http://www.trt12.jus.br/portal/areas/ascom/extranet/documentos/Resolucao_adm_006_2016.pdf>;
7. responsabilizar-se pela prestação do serviço nas condições acordadas;
8. corrigir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os serviços prestados, sempre que necessário;
9. obedecer, no que couber, aos termos da Portaria Presi nº 340/2022, que regulamenta o procedimento para apuração de responsabilidade e eventual adoção de medidas decorrentes da violação de regras pertinentes aos processos de contratação ou descumprimento de obrigações contratuais. Acesso no link: <http://trtapl3.trt12.gov.br/cmdg/img_legis/2022/061011340.pdf>

**São obrigações específicas da Contratada:**

1. estar cadastrada na Prefeitura Municipal de Florianópolis para serviços de traslados;
2. possuir Certificado de Turismo/Cadastur;
3. possuir apólice de seguro individual por passageiro em todos os veículos;
4. os prestadores de serviço (motoristas e recepcionistas) deverão estar uniformizados, de forma a facilitar a identificação;
5. disponibilizar os veículos descritos no item 4 deste termos de referência, em boas condições de uso e com ar condicionado em funcionamento;
6. permanecer com os veículos à disposição do evento, em local próximo à sua realização ou onde for orientado pela contratada, para que estejam no local solicitado com celeridade, sempre que acionados

**São obrigações gerais da Contratada decorrentes da LGPD:**

a) para os fins da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei n. 13.709/2018), na hipótese de, em razão do presente contrato, a Contratada realizar o tratamento de dados pessoais como operadora ou controladora, deverá adotar as medidas de segurança técnicas, jurídicas e administrativas aptas a proteger tais dados pessoais de acessos não autorizados ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, observando-se os padrões mínimos definidos pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados em conformidade com o disposto na legislação de proteção de dados e privacidade em vigor, sem prejuízo do disposto nas alíneas subsequentes;

b) dar tratamento aos dados pessoais a que tiver acesso por força do contrato tão-somente na medida do cumprimento do escopo contratual, vedado o tratamento para quaisquer outros propósitos;

c) não fornecer transferir ou disponibilizar dados pessoais a terceiros, a menos que com base em instruções explícitas, por escrito, do Contratante ou por ordem de autoridade judicial, sob a condição de que, nesse último caso, informando ao Contratante dentro de 24 (vinte e quatro) horas após o recebimento da ordem judicial, ressalvadas as hipóteses legais de sigilo na investigação em que o tratamento sigiloso tenha sido expressamente exigido pela autoridade judicial, quando a Contratada estará dispensada da comunicação ao Contratante;

d) não colocar o Contratante em situação de violação da LGPD;

e) assegurar que seus empregados tenham ciência dos termos da LGPD e que estejam capacitados para agir dentro das normas nela dispostas;

f) assegurar que as pessoas autorizadas a tratar os dados pessoais assinem termo de confidencialidade;

g) responsabilizar-se pelo uso indevido que seus empregados ou prestadores de serviços fizerem dos dados pessoais a que tiverem acesso pela execução contratual, bem como por quaisquer falhas nos sistemas por ela empregados para o tratamento dos dados;

h) cessar o tratamento de dados pessoais realizado com base no Contrato imediatamente após o seu término e, a critério exclusivo do Contratante, apagar, destruir ou devolver os dados pessoais que tiver obtido;

i) nos casos em que realizar o tratamento de dados pessoais confiados pelo Contratante, a Contratada será considerada "operadora" e deverá aderir à Política de Privacidade e Proteção de Dados do Contratante.

**Obrigações do contratante (Tribunal):**

São obrigações gerais do Contratante:

1. acompanhar a execução do contrato;
2. prestar os esclarecimentos solicitados pela contratada;
3. efetuar os pagamentos devidos à contratada.”

**Obrigações específicas do contratante:**

1. fornecer lista de participantes dos eventos que farão uso do serviço de transfer
2. disponibilizar planilha com os horários de voos e hospedagem antecipadamente para logística.

Observação: Nos termos do inciso I, do art. 95 da Lei 14.133/2021, o termo de contrato não é obrigatório para o presente caso, e esta Equipe de Planejamento entende pela sua desnecessidade.

**7 - Forma da contratação e Critério de seleção do fornecedor**

**Indicação da forma de contratação nos termos da Lei nº 14.133/2021:**

Tendo em vista o valor, a aquisição pretendida inclui-se na modalidade de “Compra Direta”, sendo dispensado o procedimento licitatório, conforme o que dispõe o artigo 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

Art. 75. É dispensável a licitação:

II - para contratação que envolva valores inferiores a R$ 50.000,00\* (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras;

*\*valor atualizado R$ 57.208,33*

**Indicação do critério de julgamento dos orçamentos (menor preço por item,  global ou por lote):**

O critério de julgamento será o de menor preço global, devendo os participantes se aterem às especificações do objeto que se encontra neste Termo de Referência, bem como no modelo de Orçamento.

Nos preços deverão estar inclusos todos os custos diretos e indiretos.

Os orçamentos serão apreciados sob o critério do menor preço global dos itens. Essa alternativa se deve especialmente ao fato de que a prestação dos serviços tem que ter padrão de qualidade uniforme. Também se pretende otimizar a gestão do contrato, garantindo vantajosidade para a Administração pública.

A contratação é exclusiva para ME e EPP, pois o valor fica abaixo de R$ 80.000,00 (“As contratações devem ser exclusivas para microempresas - ME e empresas de pequeno porte - EPP, por força da LC 123/2006”).

 **Justificativa para a não utilização do SDE:**

Indica a Equipe de Planejamento da Contratação que a presente contratação não seja realizada pelo SDE -Sistema de Dispensa Eletrônica pelos motivos a seguir expostos.

Trata-se de serviço de transporte para os participantes da Reunião do Sistema Integrado de Formação de Magistrados (SINFOMAT) da ENAMAT e para os participantes do I Encontro das Escolas Judiciais da Região Sul em evento a ser realizado no período de 8 a 10 de novembro de 2023.

O presente objeto difere-se de serviços e materiais padronizáveis, que têm suas especificações definidas, padronizadas e que se prestam perfeitamente à aquisição pelo SDE.

A contratação ora proposta, por compra direta, com empresas locais, foi sugerida pela área demandante, haja vista a maior facilidade de comunicação e interação entre Tribunal e a contratada, o que poderá facilitar muito a gestão da demanda. Importante registrar, também, que a contratada tem que estar habilitada para a prestação do serviço em Florianópolis, com cadastro na prefeitura da cidade.

Além do exposto, ressaltamos a importância de celeridade na contratação tendo em vista a necessidade de que o empenho seja emitido até 25/10/23 de modo que a empresa vencedora tenha tempo hábil para se organizar a grade de horários em função dos deslocamentos dos participantes, especialmente os de aeroporto que tem diferentes previsões de chegada.

Vale lembrar, também, que somente no início de setembro a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho, que realizará a reunião do SINFOMAT e apoiará o I Encontro, aprovou a programação do evento possibilitando uma maior noção do número de participantes envolvidos e a definição do período, razão pela qual a máxima celeridade da contratação se faz necessária, com o que contribui a não utilização do SDE para a presente contratação.

**Critérios Fiscais:**

* CRF - Certificado de Regularidade do FGTS, emitido pela CEF;
* Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida em conjunto pela Secretaria da Receita Federal e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;
* CNDT - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, emitida pela Justiça do Trabalho;
* Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante;
* Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante.

**7.a - Preenchimento do modelo de orçamento para a coleta de preços - Não utilização do SDE\***

**Indicação de aderência ao modelo de orçamento constante da página da Secad.**

Foi utilizado o modelo de orçamento constante da página da SECAD.

**8 – Recursos orçamentários**

**Indicação dos recursos para a contratação e classificação orçamentária:**

Há disponibilidade de recursos orçamentários para custear as despesas decorrentes da contratação e a demanda está prevista no orçamento da Unidade Gestora.

**Programa de Trabalho:** 02.122.0033.4256.0042 - 0005 Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados

**Natureza da Despesa:** 3390.39 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

**Subelemento da Despesa:** 22 - EXPOSIÇÕES, CONGRESSOS E CONFERÊNCIAS

**9 - Informações complementares**

**Indicação do responsável por prestar esclarecimentos e seu contato:**

**Nome:** Fernanda Rodrigues Lemos Pinto

**E-mail:** coftag@trt12.jus.br

**Telefone:** (48) 3216.4201

**10 - Providências para adequação do Tribunal**

Não há necessidade de adequação no Tribunal.

**11 - Contratações correlatas ou interdependentes.**

**Contratações correlatas ou interdependentes:**

Não há necessidade de contratação correlata ou interdependente.

**12 – Análise de Riscos**

A política adotada pelo Tribunal estabelece que riscos baixos e médios podem ser aceitos, ou seja, inferior a 15 (quinze). Da análise dos principais riscos identificados relativos à contratação, foram propostas ações preventivas (para reduzir a probabilidade) e de contingência (para reduzir o impacto), mesmo não tendo os riscos atingindo o patamar mínimo indicado (Grau 15), bem como, foram indicados os responsáveis pelas ações.

**13 – Gestão e Fiscalização**

**Atribuições dos membros da equipe de fiscalização:**

São atribuições do fiscal:

* verificar a conformidade da execução do contrato, nos termos acordados;
* efetuar a comunicação com a contratada, sempre que necessário;
* verificar a aderência às normas e obrigações pactuadas;
* determinar a regularização dos defeitos verificados;
* reportar ao gestor caso inexitosas as diligências efetuadas junto à empresa;
* realizar o recebimento provisório.

São atribuições do gestor:

* gerir a execução do ajuste;
* acompanhar as ações de fiscalização;
* diligenciar junto à empresa nos casos em que lhe forem solicitados pelo fiscal;
* realizar o recebimento definitivo.

**14 – Recebimento do objeto**

**Indicação das condições para o recebimento do objeto:**

As condições para o recebimento estão estipuladas nas Listas de Verificação para o recebimento, e liquidação e pagamento do objeto anexas ao presente termo de referência:

1. Termo de Recebimento Provisório
2. Termo de Recebimento Definitivo
3. Atestado de Conformidade para Pagamento da Nota Fiscal

As listas seguem as orientações constantes da Portaria Presi 337/2022.

**15 – Condições de pagamento**

A liquidação e o pagamento obedecerão o seguinte:

I - Os pagamentos serão realizados na forma do SIGEO JT - Sistema Integrado de Gestão Orçamentária e Financeira da Justiça do Trabalho - Módulo Execução Orçamentária.

a) para fins de liquidação e pagamento, é de exclusiva responsabilidade da Contratada o seu cadastramento no SIGEO, gestão de seus dados e a juntada por meio do referido Sistema dos documentos de cobrança/documentos fiscais (notas fiscais/faturas);

b) é de exclusiva responsabilidade da Contratada as ações indicadas na alínea anterior não cabendo ao Contratante quaisquer responsabilidade pela falta de juntada ao sistema no prazo;

c) eventuais dúvidas poderão ser dirimidas junto à Secretaria de Orçamento e Finanças por meio do email seof@trt12.jus.br ou telefone (48) 3216-4059.

d) as notas fiscais deverão ser juntadas pela Contratada no sistema SIGEO-JT Execução Financeira e os documentos exigidos no edital e no contrato deverão ser encaminhados ao Núcleo de Análise e Liquidação da Despesa – NULAD;

e) o prazo para pagamento será de 5 (cinco) dias úteis do Termo de Recebimento Definitivo. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento. Antes do pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no Aviso de Contratação Direta e no Termo de Referência;

f) quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar;

g) havendo erro na(s) nota(s) fiscal(s)/fatura(s) ou qualquer circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será restituída ou será comunicada a irregularidade ao fornecedor, interrompendo-se o prazo para pagamento até que este providencie as medidas saneadoras.

h) cabe à Contratada proceder ao seu cadastramento no SIGEO-JT - Sistema Integrado de Gestão Orçamentária e Financeira da Justiça do Trabalho - Módulo Execução Orçamentária, bem como responsabilizar-se pela gestão de seus dados.

**16 – Penalidades**

**Indicação das penalidades a serem aplicadas em caso de inexecução parcial ou total:**

As penalidades pela inexecução total ou parcial do ajuste, sem prejuízo das demais  penalidades previstas na Lei nº 14.133/2021 são as seguintes:

1. Multa de mora de 0,3% por dia sobre o valor do item em atraso, limitada a 10% do valor do item, sem prejuízo das demais sanções. Em caso de atraso superior a 30 dias, poderá a Administração, a seu critério, declarar a inexecução contratual.
2. Multa por inexecução parcial de 5% sobre valor total do contrato.
3. Multa por inexecução total de 15% sobre o valor total do contrato.

 **Pela não manutenção da regularidade fiscal e trabalhista:**

A regularidade fiscal e trabalhista deverá ser mantida durante a vigência da contratação, sob pena de aplicação de multa de 1% do valor da nota fiscal, cujo valor será retido dos créditos da empresa, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades previstas em lei.

**Penalidades da Contratada em face da LGPD:**

O descumprimento das obrigações relativas ao tratamento de dados incidirá nas seguintes penalidades:

1. até 10% (dez por cento) sobre o valor mensal do contrato, na hipótese de utilização dos dados pessoais para finalidade diversa daquela estabelecida para a execução contratual;
2. até 20% (vinte por cento) sobre o valor mensal do contrato, na hipótese de do compartilhamento não autorizado de dados pessoais com terceiros.
	1. As penalidades previstas nas alíneas “a” e “b” serão aplicadas por ocorrência e, no caso de reincidência, serão aplicadas em dobro.
	2. As penalidades previstas nas alíneas a e b não excluem a responsabilidade das empresas pela aplicação das sanções previstas no art. 52 e o ressarcimento de danos, na forma prevista no § 4º do art. 42, ambos da LGPD.

**17 - Declaração da viabilidade ou não da contratação**

A equipe entende viável a contratação, considerando que a prestação do serviço contribui para melhor qualidade e segurança do evento, facilitando o trajeto dos convidados, proporcionando mais segurança e comodidade, além de contribuir para a pontualidade dos participantes e na integração destes. A viabilidade considera ainda o expressivo número de participantes e a atual frota do TRT-12ª Região, bem como o atual quadro de pessoal da área de transporte, que não conseguem atender a demanda.

**18 - Equipe do Planejamento da Contratação**

**Integrante demandante titular:** Fernanda Gomes Ferreira

Matrícula:1603

Lotação: Escola Judicial do TRT-12ª Região (EJUD12)

**Integrante demandante substituto:** Cláudia Voigt Espinola

Matrícula: 2363

Lotação: Coordenadoria de Formação Técnica-Administrativa e Gerencial (COFTAG)

**Integrante técnico titular:** Claudionor da Silva

Matrícula:1192

Lotação: SSI - Secretaria de Segurança Institucional

**Integrante técnico substituto:** Norton Rodrigo Schell

Matrícula:5038

Lotação: DPJUD - Divisão de Polícia Judicial

**Integrante administrativo titular:** SÉRGIO MORITZ

**Matrícula:** 800

**Lotação:** CLC

**Integrante administrativo substituto:** MAURÍCIO LUIZ MORESCO

**Matrícula:** 7384

**Lotação:** CLC

**Data:** Florianópolis, 16 de outubro de 2023.